

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 813.974 - MG (2015/0295372-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : PAULO HERMENEGILDO JUNIOR
ADVOGADOS : LÍVIA RIBEIRO SILVA VILAS BOAS - MG112786
GRAZIELE GLECIA RAMOS MOREIRA E OUTRO(S) - MG120773
AGRAVADO : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
ADVOGADA : DANIELA CRISTINA BATISTA REZENDE E OUTRO(S) - MG101605

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** RECURSO QUE NÃO INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73 (932, III, DO NCPC). AGRAVO NÃO CONHECIDO

DECISÃO

PAULO HERMENEGILDO JUNIOR (PAULO) ajuizou ação de revisão de contrato contra BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A (BANCO) pretendendo a modificação das cláusulas do contrato de alienação fiduciária.

Em primeiro grau, a ação foi julgada parcialmente procedente.

PAULO apelou e o TJMG negou provimento ao recurso em acórdão, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL - CONTRATO BANCÁRIO - APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - JUROS - LIMITAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - CAPITALIZAÇÃO - ABUSIVIDADE - INOCORRÊNCIA - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM OUTROS ENCARGOS - IMPOSSIBILIDADE - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - .

Aplica-se o Código de Proteção e Defesa do Consumidor ao contrato bancário, pois o CDC abrange as atividades de natureza bancária, financeira e de crédito, nos termos do art. 3º § 2º do referido diploma legal;

Somente quando demonstrada a sua abusividade é que os juros e demais encargos podem ter sua taxa revista com base nos ditames do Código de Defesa do Consumidor;

É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/3/2000, nos termos da MP n. 1.963-17/2000, desde que expressamente

pactuada.

É admitida a incidência da comissão de permanência após o vencimento da dívida, desde que não cumulada com juros remuneratórios, juros moratórios, correção monetária e/ou multa contratual.

Recurso improvido (e-STJ, fl. 286).

Irresignado, PAULO interpôs recurso especial afirmando (1) quanto à capitalização de juros; a inconstitucionalidade do art. 5º, da MP 2.170/2001; da vedação da prática do anatocismo e a necessidade de previsão expressa da capitalização dos juros; (2) o uso da *tabela price* que configurou a capitalização mensal dos juros; (3) que a cédula de crédito é regulada por legislação específica e que os juros devem ser limitados à taxa de 12% ao ano, nos termos da Lei nº 10.931/2004; (4) a ilegalidade da cobrança da comissão de permanência que exceda a correção indicada pelo índice do INPC, sendo, ainda, inexigível nas cédulas de crédito em virtude da ausência de previsão legal; (5) uma vez verificada a ocorrência de pagamento de valores indevidos, deve o BANCO ser condenado ao pagamento da repetição do indébito; e, (6) a ilegalidade da compensação dos honorários advocatícios.

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 367/388).

O apelo nobre não foi admitido em virtude da existência de julgamento sob o rito do art. 543-C, § 7º, I, do CPC/73 (e-STJ, fls. 394/395).

Nas razões do seu agravo em recurso especial, PAULO afirmou (1) a limitação dos juros e da impossibilidade de capitalização; (2) a existência de juros remuneratórios superiores ao limite legal; e, (3) a capitalização dos juros em contrato de adesão deve ser afastada (e-STJ, fls. 398/411).

Foi apresentada a contraminuta (e-STJ, fls. 426/436).

O recurso especial foi remetido ao TJMG em virtude da incidência dos arts. 1.040 e 1.041 do NCPC, tendo sido devolvido porque a afetação do tema 935 foi cancelada (e-STJ, fls. 442/443 e 464).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não pode ser conhecido.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma

nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Da ausência de impugnação aos fundamentos da decisão agravada

Da análise do presente inconformismo se verifica que o agravo não se dirigiu especificamente contra os fundamentos da decisão que negou seguimento ao apelo nobre, pois o PAULO não refutou de forma fundamentada a incidência de precedente julgado sob o rito do art. 543-C, § 7º, I, do CPC/73.

PAULO apenas reafirmou (1) a limitação dos juros e da impossibilidade de capitalização; (2) a existência de juros remuneratórios superiores ao limite legal; e, (3) a capitalização dos juros em contrato de adesão deve ser afastada.

O agravo em recurso especial não se mostrou viável, uma vez que apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 544, § 4º, I, do CPC/73, (art. 932, III, do NCPC), devendo ser mantida a decisão agravada.

Nesse sentido, seguem os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INADMITIDO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73 (ATUAIS ARTS. 932, III, DO CPC/2015 E 253, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO RISTJ) E SÚMULA 182/STJ, POR ANALOGIA. AGRAVO INTERNO. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

I. Trata-se de Agravo interno, interposto em 19/04/2016, contra decisão monocrática, publicada em 14/04/2016, na vigência do CPC/2015.

II. No caso, o Recurso Especial não foi admitido, na origem, pela ausência de omissão no acórdão recorrido, pela incidência das Súmulas 284 e 356/STF e 7 e 83/STJ, bem como porque ausente a demonstração da divergência jurisprudencial invocada. O Agravo em Recurso Especial interposto não impugnou todos os óbices, o que conduziu ao seu não conhecimento, nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC/73 (atuais arts. 932, III, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, I, do RISTJ), cuja decisão ora é agravada regimentalmente.

III. No presente Agravo interno, a parte recorrente apresenta razões outras, deixando de impugnar, novamente, os fundamentos da decisão agravada.

IV. Interposto Agravo interno sem infirmar,

especificamente, os fundamentos da decisão agravada e apresentando, ainda, outra fundamentação, dela dissociada, constitui óbice ao conhecimento do inconformismo a Súmula 182 desta Corte, em face do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015.

V. Renovando-se, no Agravo interno, o vício que comprometia o conhecimento do Agravo em Recurso Especial, inarredável a edição de novo juízo negativo de admissibilidade.

VI. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 866.675/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, j. 17/5/2016, DJe 25/5/2016 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DESTESIGNATÁRIO QUE CONHECEU EM PARTE DO AGRAVO (APENAS NO TOCANTE À ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA) PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, APLICANDO, NO MAIS, O ÓBICE DA SÚMULA 182/STJ. IRRESIGNAÇÃO DO RÉU.

1. Conforme a jurisprudência firmada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, é possível a incursão no mérito da lide pelo Tribunal local, em sede de juízo de admissibilidade, quando necessária para análise dos pressupostos constitucionais de admissibilidade do recurso especial, sem que isso configure usurpação de competência, nos termos do enunciado n. 123 da Súmula deste STJ. Precedentes.

2. É cediço que a ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão que nega seguimento ao recurso especial atrai a incidência do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973 (atual 932, III, do NCPC), e a aplicação, por analogia, do enunciado n. 182 da Súmula deste STJ. Precedentes.

3. Não é cabível, em agravo regimental, valer-se a parte agravante de razões não assentadas no agravo em recurso especial, com o extemporâneo propósito de demonstrar não ser aplicável o óbice que motivou a incidência do enunciado n. 182 da Súmula deste STJ. Precedentes.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 773.710/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. 10/5/2016, DJe 17/5/2016 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRELIMINAR DE PREVENÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. ART. 70, § 5º, DO RISTJ. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADOS. ART. 544, § 4º, I, DO CPC. RECURSO IMPROVIDO.

1. Rejeição da questão preliminar se a distribuição foi efetuada por prevenção da turma julgadora, nos termos do que dispõe o art. 70, § 5º, do RISTJ.

2. O agravante deve impugnar especificamente todos os fundamentos que levaram a não admissão do recurso especial, nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC, sob pena de não conhecimento do agravo. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 602.281/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 12/2/2015, DJe 3/3/2015 - sem destaque no original)

Ademais, na decisão que inadmitiu o apelo nobre constou a incidência do art. 543-C do CPC/73 no que se refere à capitalização dos juros e sua limitação, bem como da possibilidade de cobrança da comissões de permanência, em virtude do julgamento do recurso representativo da controvérsia RESP nº 973.827/RS; 1.061.530/RS e 1.063.343/RS.

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que é incabível agravo contra decisão que, com fulcro no art. 543-C, § 7º, I, do CPC/73, nega seguimento a recurso especial.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL NEGADO COM BASE NO ART. 543-C DO CPC. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

1. "O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça firmaram entendimento no sentido de que o único recurso cabível para impugnação de possíveis equívocos na aplicação do art. 543-B ou 543-C, do CPC, é o agravo interno, a ser julgado pela Corte de origem, não havendo previsão legal de cabimento de recurso ou de outro remédio processual. Precedentes. Desta forma, sendo negado provimento ao agravo interno contra decisão que indeferiu o processamento do recurso especial com base no art. 543-C, § 7º, I, do CPC, contra tal acórdão não cabe a interposição de qualquer recurso, por ser inadmissível o recurso especial que

Superior Tribunal de Justiça

aponta violação ao art. 543-C, § 7º, I, do CPC, e, por conseguinte, do respectivo agravo em recurso especial" (STJ, EDcl no AgInt no AREsp 905.017/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 3/10/2016).

2. Ainda que se entendesse pela viabilidade do recurso especial, a petição recursal se apresenta genérica, não indicando os pontos que foram omitidos pela Corte de origem, o que atrai a aplicação da Súmula 284/STF.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.225.784/RN, Rel. Ministro OG FERNANDES, Segunda Turma, j. 17/10/2018, DJe 23/10/2018)

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator